

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº104 - JUNHO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VII

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
SILVIO A. S. GAMBOA - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

104



O PROCESSO MIGRATÓRIO DE OCUPAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA - VISÃO HISTÓRICA

Salvador Cim



A ocupação e colonização da área que hoje constitui o Estado de Rondônia remontam o período colonial, fins do século XVII, quando se encontravam algumas missões Jesuíticas nesta região. Em princípios do século XVIII, a descoberta de ouro no Estado de Cuiabá passou a despertar a atenção dos Portugueses, iniciando então a penetração de entradas e bandeiras pelo vale do Guaporé.

Em meados de 1647, a bandeira concebida pelo bandeirante, Antônio Raposo Tavares¹, contribuiu para o reconhecimento das terras do então Território Federal de Rondônia, atualmente "Estado de Rondônia", adentrando nas atuais terras da Bolívia. As expedições do sul do país partem de São Paulo, sobem os rios Paraná e Paraguai, alcançando os rios Guaporé e o Madeira, pelo norte, a procura de drogas do sertão, os portugueses sobem os rios Amazonas e o Madeira. As intempéries somadas às dificuldades de navegação fluvial a presença de tribos indígenas, na sua maioria selvagens, e ainda a insalubridade da região contribuíram decididamente para que essa primeira fase de povoamento português ficasse caracterizada como uma ocupação esparsa e transitória, sem expressividade na impulsão da tomada da região.

Pelo Tratado de Tordesilhas², a região da Amazônia pertencia à Espanha. Desde o início do século XVII, no entanto, a região passou a ser alvo de incursões portuguesas. Para favorecer as entradas no território, em 1671, Francisco da Mota Galvão construiu o Forte de São José do Rio Negro, origem da cidade Manaus.

As disputas com a Espanha terminaram com o Tratado de Madri³, que em 1650 concedem a Portugal a posse definitiva da região.

Em 1755, foi criada a capitania de São José do Rio Negro. Com a proclamação da independência em 1822, a capitania foi incorporada ao Estado do Pará e, em 1832, foi palco de uma revolta popular que exigem sua autonomia. A rebelião foi reprimida pelas tropas imperiais e em 1850, D. Pedro II criou a província do Amazonas.

** Professor. Licenciado em Letras, História e Direito

¹ Antônio Raposo Tavares – Bandeirantes que era português, fez uma longa caminhada, subiu o Rio Paraguai até as suas nascentes e através de outros rios, atingiu o Amazonas, chegando à Foz, no Pará, depois de três anos de jornada, enfrentando índios, feras e febres. Quando voltou a sua casa em São Paulo, estava tão magro e envelhecido que nem a própria família o reconheceu. Espalhou-se a lenda de que Raposo Tavares havia penetrado no território do Peru, atravessando os Andes e, havendo chegado ao Pacífico, entrou na água com a espada em punho, declarando que conquistava terras e mares para seu rei.

² Em Tordesilhas, município da província de Valhadelide, em Espanha, se celebrou em 1494, um tratado entre o nosso rei D. João II e os reis católicos, Isabel e Fernando de Castela e Aragão, que delimitava as esferas de ação de Portugal e de Espanha nos descobrimentos marítimos realizados e a realizar.

³ O Tratado de Madri celebrado entre D. João V (Portugal) e D. Fernando VI (Espanha) em 13 de Janeiro de 1750. Há exatamente 250 anos atrás, Portugal e Espanha assinaram o tratado que, na prática "criou" o atual Rio Grande do Sul. Antes do Tratado de Madri, o meridiano de Tordesilha excluía a região onde é hoje o novo estado, já que cortava o Brasil entre Belém do Pará e Laguna (SC), ou seja, o Território Gaúcho era posse espanhola. O Tratado foi assinado para por fim as disputas Luso-Espanhola na América, promovendo a troca da colônia do Sacramento pelas missões. Portugal havia fundado Sacramento dentro de Território Espanhol, para obter e manter a livre navegação no Rio da Prata. No planejamento do Tratado, destacou-se a atuação de um brasileiro, paulista de nascimento, o diplomata Alexandre de Gusmão que era membro do conselho ultramarino e escrivão da Puridade (Secretário) do rei D. João V. Feito em Madri a 13 de Janeiro de 1750, assinado por visconde Thomaz da Silva (Portugal) e D. Joseph de Carvajal Y Lancaster. O Tratado é composto de 26 artigos, e seu preâmbulo, descreve os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade.... e particularmente a que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas coroas na América, cujas conquistas se tem adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória...

A importância do Tratado de Madri para a história do Brasil e do Rio Grande do Sul foi muito grande, porque: por um lado, inclusive antes da assinatura formal, permutou a colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões e, por outro, revogou o Tratado de Tordesilhas e, com isso, anulou o meridiano que dividia o Brasil entre Portugal (leste) e Espanha (oeste), adquirindo o nosso território a configuração de hoje.

Em meados do século XVIII, Rondônia acolheu uma leva de colonizadores que vinham à procura de jazidas auríferas na região, aos poucos vão se formando pequenos povoadamentos como: Pouso Alegre, Casa Redonda. Esse processo foi lento e contínuo, passou por diferentes ciclos na ocupação de Rondônia. Com o esgotamento de produção das minas, houve um quase abandono da região, assim em fins do século XIX, destaca-se o surto da borracha, utilizando-se da bacia hidrográfica rondoniense para a abertura de seringais e escoamento da produção para a Europa. Estimativas atestam que, por volta de 1872 a 1900⁴, entraram no Amazonas, cerca de 150 a 300 mil migrantes nordestinos. Durante esse período de ocupação por migrantes nordestinos, ocorreram conflitos internacionais, em razão de brasileiros ocuparem as terras do atual Estado do Acre. Resultou deste conflito ou ocupação desordenada o Tratado de Petrópolis⁵, que envolveu Brasil e Bolívia.

Na celebração do tratado, o Brasil comprometeu-se em construir ferrovia, conforme – “Art. VII – obrigação do Brasil em construir Ferrovias”, com a construção da ferrovia, que tinha endereço certo, facilitar o acesso aos Bolivianos para o Atlântico a fim de comercializarem seus produtos com a Europa, em troca das terras que passaram para o domínio Brasileiro.

Pelo tratado celebrado entre Brasil e Bolívia reza⁶:

“Art. III – por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados entre as duas nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, que a República da Bolívia aceita com o propósito de aplicar principalmente na construção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as comunicações e desenvolver o comércio entre os dois países. O pagamento será feito em duas parcelas de um milhão de libras cada uma; a primeira dentro de um prazo de três meses, contados da troca das ratificações do presente tratado e a segunda em 31 de março de 1905”.

Há quem diga que a dívida externa do Brasil iniciou com esse pagamento. O Brasil inicia, então, a construção da ferrovia, cumprindo o que ficou acertado na assinatura do Tratado de Petrópolis. Com o início da construção, os trabalhos avançavam foram, aos poucos aparecendo pequenos povoados, núcleos urbanos que abrigaram os migrantes já existentes e os demais que iam chegando e sendo contratados para auxiliarem na construção da ferrovia. Alguns núcleos foram se formando e receberam nomes, sendo os mais importantes: Santo Antônio do Rio Madeira, hoje denominados Porto Velho e Guajará Mirim. Não tardou e novamente

⁴ Periferia: endereço do migrante; equipe da pastoral do migrante – Porto Velho, 1990.

⁵ O Tratado de Petrópolis envolvia Brasil e Bolívia foi assinado em 17 de novembro de 1903, em seu preâmbulo reza: A República do Estados Unidos do Brasil e República da Bolívia, animadas pelo desejo de consolidar para sempre a sua antiga amizade, removendo motivos de ulterior desavenças e querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas regiões de comércio e boa vizinhança, convieram celebrar um tratado de permuta de território e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no Art. 5º do Tratado da Amizade, Limites, Navegação e Comércio de 27 de Março de 1867. O tratado tem dez artigos, o sétimo artigo versa sobre a obrigação do Brasil em construir ferrovias. Foi celebrado na cidade Petrópolis e assinados pelos signatários Rio Branco, J.F. de Assis Brasil (Brasil) e Fernando E. Guachalla e Cláudio Pinilla (Bolívia).

⁶ Brasil/Bolívia. Tratado de Petrópolis. 14 mar.2002. <http://www.info.incc.br/wemkkk/btt1903htmI>

veio a crise da borracha e, com ela, paralisou-se o processo de povoamento, com reflexo automático nas atividades econômicas, resultando o quase desaparecimento da população do território. Em meados de 1940, o número de habitantes⁷ não era mais do que 591, sequer um habitante por Km².

Em razão das precárias condições ambientais inóspitas, sem as mínimas condições de assistência, em seu sentido mais amplo, inclusive, as de ocupação. Esse era o quadro e as condições que viviam os seringueiros.

O seringal surge como uma forma de organização em que a terra não tem muita importância, seu papel era inexpressivo, porque não caracterizava fator de produção. Nessa primeira fase, considerando as condições econômicas do período, podemos distinguir dois tipos de povoamento: os seringalistas que constituíam um menor contingente e os seringueiros em maior número e que constituíam a mão-de-obra voltada para coleta do látex, líquido que, posteriormente, era transformado em borracha. Os seringalistas que dispunham de melhores condições e de algum capital, encarregavam-se das despesas, do fornecimento de ferramentas, dos transportes e dos meios básicos como: alimentação, alojamento, mobilidade de deslocamento, etc, para o trabalho dos seringueiros.

Um dos pontos mais marcantes da vida dos povos da Amazônia foi o seu isolamento em relação ao resto do país, após o descobrimento. Como não ocorreram mais descobertas de ouro ou metais preciosos, nem a coroa portuguesa e nem o império brasileiro sequer demonstraram qualquer outro interesse na região pacificada e de domínio consolidado. Vivendo do extrativismo vegetal, o desenvolvimento da economia regional foi caracterizado por ciclos, períodos em que alguns dos recursos naturais, então existentes na região, alcançaram bons preços no mercado interno e externo. O desenvolvimento tecnológico e a revolução industrial que vinham ocorrendo na Europa, transformaram a borracha, produto abundante e exclusivo da Amazônia, em produto de grande demanda e conseqüentemente na elevação do preço.

Em 1870, o Governo brasileiro concedeu permissão para construir a ferrovia ao longo do traçado do Rio Madeira, proporcionando aos nossos vizinhos condições de escoamento da produção excedente, via território nacional para o mercado consumidor. Lutas por questões fronteiriças ocorreram na região no final do século XIX, como a questão do Acre, caracterizada pela exploração da borracha pelos brasileiros em terras da Bolívia. As riquezas obtidas com a comercialização da borracha aos poucos foram consolidando as atividades da República Brasileira, após a desorganização da economia provocada pelo final da odiosa prática da escravidão humana e o descompromisso da elite dirigente com a nação.

Em 30 de abril de 1912 foi concluída a Estrada de Ferro Madeira Mamoré⁸, inaugurada no mesmo período com a chegada do primeiro carregamento à Guajará Mirim.

⁷ A contribuição do INCRA dentro do processo de ocupação do território de Rondônia - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁸ A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré constituiu secular aspiração dos povos do Brasil e Bolívia, servindo de ligação com o oceano Atlântico e, por conseqüência ao comércio internacional, utilizando-se da bacia navegável dos rios Guaporé, Mamoré e Beni. Após as tentativas fracassadas levadas a efeito pelo Churchill de 1572 a 1578, a estrada foi finalmente construída no período de 1907-1912, sob os cuidados do governo brasileiro que, ficava obrigado pelas cláusulas do Tratado de Petrópolis em 1903. No início da construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, mais de dois mil homens de nacionalidades deferentes como: Espanha, China, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Grécia, Marroquinos e Brasileiros caíram mortos em conseqüências de doenças tropicais durante a sua construção, advindo daí a denominação de "ferrovia do diabo". Além do investimento em verbas, a ferrovia proporcionava a exploração de produtos produzidos em Rondônia e na Bolívia, servindo como meio de ligação para o Oceano Atlântico e, ao comércio Internacional...

Pelo Tratado de Petrópolis – Brasil/Bolívia , as terras anexadas passam para o domínio brasileiro, sendo essa área de baixa densidade demográfica na faixa de fronteira levou o governo central do Brasil a tomar medidas que permitissem a integração da região com o resto do país, como toda a Amazônia, após o declínio do primeiro ciclo da borracha resultando num período de graves conseqüências econômicas para a região fronteiriça.

O esvaziamento econômico e o isolamento da região vinham sendo acompanhados pelo governo e eram motivos de preocupação, além das conseqüências econômicas com a queda da produção da borracha, devido a redução de absorção pelo mercado internacional, levam o Governo Federal apressar ainda mais essa integração com a região fronteiriça, construindo um sistema de comunicação, linha telegráfica entre os povoados de Cuiabá até o Amazonas (o terceiro ciclo do telegrafo – período de (1920-1940), cortando todo o norte de Mato Grosso, tarefa designada ao Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon⁹, assumindo o comando da missão.

Entre 1910 – 1940 Rondon, serviu-se de mão-de-obra de migrantes do sul do país. Esses trabalhadores juntamente com os demais migrantes atraídos pelo avanço da construção da linha telegráfica, foram aos poucos se fixando ao longo do traçado, formando pequenos povoados, principalmente nos postos telegráficos que ofereciam melhores condições de infra-estrutura, comunicações com os demais locais. Esses povoados iam se formando e recebiam nomes como: Vilhena, Pimenta Bueno, Ariquemes e hoje são belas cidades. As clareiras abertas pela expedição Rondon contribuíram para a migração e povoamento da região, seu desenvolvimento econômico, principalmente a extração e a demarcação de antigos seringais. Rondon mostrou um espírito humanista, tratou as questões indígenas com muito respeito, carinho e espírito humanitário, sendo o grande responsável pelas mudanças na forma de ver e tratar os índios que habitavam a região.

Foi o responsável pela criação do serviço de proteção aos índios (SPI), hoje Funai. Seu espírito desbravador associado ao trato com os irmãos nativos, abatidos aos milhares sob a ótica do progresso, do desenvolvimento, do avanço da civilização e da salvação pela fé religiosa, Rondon ficou conhecido pela sua célebre frase “morrer se necessário for, matar nunca”. Este o lema que acompanhou durante o período de desbravamento por terras tão desconhecidas, em contatos com os índios.

⁹ Cândido Mariano da Silva Rondon. Nasceu a 05 de maio de 1865, em mimoso, próximo a Cuiabá/MT. Filho de Mariano da Silva e Claudina de Freitas Evangelista da Silva. Muito cedo, Rondon despertou seu pendor para a carreira de armas, ingressando na escola militar de praia vermelha aos 16 anos de idade. Em 1888 era promovido a alferes. Durante sua vida, Rondon, dedicou-se a duas causas mestras: A ligação dos mais afastados pontos da fronteira e do sertão brasileiro aos principais centros urbanos e a integração do indígena à civilização. Na primeira empreitada, Rondon desbravou mais de 50.000 Km de sertão e estendeu mais de 2.000 Km de fio de cobre pelas regiões do Brasil, ligando as mais longínquas paragens pela comunicação do telegrafo. Como indigenista, pacificou tribos, estudou os usos e costumes dos habitantes dos lugares percorridos, participou da criação de medidas legais de proteção aos silvícolas. Tanto que, a 07 de setembro de 1910 foi nomeado diretor da Fundação do Serviço de Proteção aos Índios, e a partir de 1939 foi o primeiro presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Fez contatos com tribos arredias e adotou o lema “morrer se necessário for, matar nunca”. Foi um dos maiores brasileiros. Recebeu os títulos de “Civilizador dos Sertões” e de “Marechal da Paz”. Em 1956, o então território do Guaporé teve o nome mudado para Rondônia. O reconhecimento da obra de Rondon extrapolou as fronteiras do Brasil. Na sessão solene do Congresso Nacional de 05 de maio de 1955, já com 90 anos, Rondon recebeu as insígnias do posto de Marechal. Faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1958 aos 93 anos.

O Território Federal de Rondônia¹⁰ foi criado pelo decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, pelo então Presidente Getúlio Dornelles Vargas¹¹, com o nome de Guaporé, mudando posteriormente para Rondônia e atual estado do mesmo nome, no dia 04 de janeiro de 1982, pela lei nº 21.731 de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

O Território Federal de Rondônia é fruto de área desmembrada dos estados do Amazonas e Mato Grosso, com uma superfície de 243.044 Km², pouco inferior ao Estado de São Paulo, com 247.898 Km² situado na Amazônia ocidental, ao sul da região norte e a nordeste do Estado do Mato Grosso a ao sul do Estado do Amazonas. Em superfície, o Estado de Rondônia representa 7,11% da área da região norte e 2,98% da superfície do Brasil, só onze estados da união tem área superior a sua.. Pelos limites estabelecidos no decreto de criação, o Território do Guaporé possuiria terras dos municípios de Porto Velho, Humaitá, Lábrea e Camutama, então pertencentes ao estado do Amazonas e dos municípios de Alto Madeira e Guajará Mirim, sendo este último acrescido de terras do município de Mato Grosso, os três então integrantes do estado do Mato Grosso. A administração dos territórios foi fixada pelo decreto-lei nº 5.839 de 21 de setembro de 1943. Pelo decreto o Território do Guaporé foi dividido em quatro municípios com as denominações de Lábrea, Porto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim. Ficou estabelecido que a capital do território seria a cidade de Porto Velho. Posteriormente, estudos feitos pelo conselho nacional de geografia do IBGE, os limites e divisões dos territórios foram retificados pelo decreto-lei nº 6.550 de 31 de maio de 1944. Com essa nova divisão, o território do Guaporé ficou dividido em três municípios com as denominações de Porto Velho, Alto Madeira e Guajará Mirim. O primeiro abrangendo a área do município de igual nome e parte do município de Humaitá. O segundo constituído pela área do município do Alto Madeira. O terceiro formada pela área do município de igual nome, acrescida por parte do município de Mato Grosso¹⁰.

Porto Velho foi confirmado como capital do território. O decreto-lei nº 7.470, editado em 17 de abril de 1945, fixou a divisão administração e judiciária do Território Federal de Guaporé dividindo-o em dois municípios Porto Velho e Guajará Mirim e nove distritos. Na condição de capital, Porto Velho passou a contar com órgãos da administração direta com Jurisdição federal. Outras mudanças também ocorreram na transformação da capital, na sua arquitetura, nos meios de transporte, inúmeros

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas de Rondônia**, 1975 – Rio de Janeiro.

¹¹ Getúlio Dornelles Vargas. 1883 – 1954. Advogado, político e estadista brasileiro, nasceu em 19 de abril de 1883 em São Borja, (RS), morreu no Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1954. estudou no Colégio Fabriciano Julio Braga, em Ouro Preto -MG, escola preparatória e prática de São José do Rio Pardo e na Faculdade de Direito de Porto Alegre-RS. Ingressou no exército em São Borja, em 1898. Foi Promotor Público, Deputado Estadual (1909-1911) e reeleito em 1917. Elegeu-se Deputado Federal pelo partido republicano rio grandense em 1923. Ministro da Fazenda (1926-1927). Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1927-1930). Candidato à presidência pela aliança liberal concorrendo com Júlio Prestes (1882-1946), venceu mais não chegou a assumir liderou a revolução de 1930, que depois o presidente Washington Luiz. Assumiu a presidência, permaneceu por 15 anos. Chefe do governo provisório do Brasil (1930-1934). Presidente constitucional eleito por via indireta (1934-1937), ditador-ordem autoritária conhecida como Estado Novo (1937-1945). Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a legislação trabalhista. Em 1933 convocou uma assembléia constituinte. Criou a justiça eleitoral. Em 1937, articulou o golpe de 10 de novembro, que resultou no estado novo. Criou o plano nacional de eletrificação (1937), Conselho Nacional do Petróleo (1938) e a Usina Siderúrgica de Volta Redonda. O Brasil entrou na segunda guerra mundial. Em 29 de outubro de 1945 foi deposto. Candidatou-se ao senado, foi eleito. Elegeu-se novamente presidente pelo voto direto em 1951. Em 1945, recebeu veto militar e opta então pelo suicídio. Matou-se com um tiro de revólver no peito em seu quarto, no palácio do catete no Rio de Janeiro exercendo o cargo de presidente na madrugada de 24 de agosto de 1954. Deixou um bilhete suicida dizendo: "eu vos dei minha vida, agora vos ofereço minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo a caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história. Deixo à senha de meus inimigos o legado de minha morte".

bairros foram aos poucos sendo formados, essas mudanças diretas ou indiretamente influenciaram no seu desenvolvimento e crescimento demográfico. A cidade que em 1940 possuía 3.184 habitantes, na década de 50 contava com 10.036 habitantes¹².

O novo surto da borracha durante a segunda guerra mundial¹³ voltou a estimular, o mercado interno e externo no segmento da borracha. As tropas Japonesas dominaram militarmente o Pacífico sul, tomaram a Malásia¹⁴ e assumiram o controle de seus seringais. Para a movimentação das forças aliadas, a borracha é indispensável na movimentação das tropas (fabricação de pneus) com a demanda e a procura, os seringais foram reativados, proporcionando novo impulso para a economia regional. Somado a esses acontecimentos, não tardou e milhares de nordestinos foram atraídos e trazidos, em semelhança ao que ocorreu no passado para a região, na tentativa de obter bons lucros com a reabertura e retomada da produção do precioso látex, após seu preparo, a borracha considerada de boa qualidade é exportada para a Europa. Além dos nordestinos, a penetração procedente de Mato Grosso continuou por meio do Vale do Guaporé. Pode-se mesmo afirmar que a ocupação da região (Rondônia) ocorreu na década de 40, período de progresso e desenvolvimento das atividades econômicas na região.

Terminada a segunda guerra mundial, a desvalorização da borracha no mercado internacional, como também no mercado interno entrou em processo de declínio. Apesar da estagnação e da decadência do extrativismo da borracha, não ocorreu o despovoamento como aconteceu durante o primeiro ciclo de extração da borracha, pelo contrário a população se estabilizou e, posteriormente voltou a crescer. Com o advento do segundo ciclo econômico da exploração da borracha devido sua procura pelas potências industrializadas do ocidente. Outro importante ciclo de ocupação no Estado que muito contribuiu para o seu desenvolvimento foi o ciclo da cassiterita e do ouro. Por volta de 1958, garimpeiros descobriram grandes jazidas de cassiterita na região, essa notícia logo se espalhou por toda a área e pelos grandes centros do país, sua repercussão foi imediata, atraindo enorme contingente de migrantes para a região. Inicialmente, o processo de extração de ouro era feito de forma rudimentar, isto é, manualmente (garimpagem). Esse procedimento absorvia grande quantidade de mão-de-obra local e, atraía grandes contingentes humanos para o Estado. Nessa época,

¹² Sinopse preliminar do censo demográfico, 1991 – Rondônia – Acre.

¹³ Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) o maior conflito que registra a história da humanidade em termos de perdas de vida e em riqueza, assim como pelo número de efetivos de terra, mar e ar engajados, e pela abundância de complexidade das armas utilizadas, várias delas inventadas ou aperfeiçoadas no decorrer do conflito, como o radar, o avião a jato e a bomba atômica. Durou quase seis anos de 01 de setembro de 1939 (invasão da Polônia) a 14 de agosto de 1945 (derrota do Japão) foi envolvido no conflito, três continentes. Destacam-se todavia, cinco imensas frentes, onde se travaram as campanhas principais e as batalhas que decidiram o desenrolar do conflito. Frente Ocidental-Noruega aos Pirineus e do Tâmesis ao Elba, foi o teatro onde se realizaram as maiores conquistas de Adolf Hitler em 1940. Frente África do Norte-Mediterrâneo-Espanha e Turquia, foi o principal palco da batalha, onde as forças do eixo por pouco não atingem o canal de Suez e o Oriente Médio, foi passagem para a Itália e a libertação da Grécia. Frente Oceânica, foi no Atlântico Norte que se desenrolou toda a batalha do Atlântico contra os submarinos alemães na rota naval entre o Reino Unido e os E.U.A. Frente Ocidental de Mumanask ao Cáucaso e dos arredores de Moscou., travaram-se as maiores e mais sangrentas batalhas, a resistência do exército soviético foi decisiva na derrota da Alemanha. Frente do Pacífico, as operações de guerra forma além dos confins do Pacífico, como teatro secundário na Birmânia e na China. A princípio vitorioso em todas as frentes, o Japão apesar de resistir desesperadamente terminou a guerra, virtualmente sem marinha e sem aviação...

¹⁴ Malásia – País da Ásia, compreende duas regiões, a Malásia Ocidental situada na Península Malaia e a Malásia Oriental cuja área é de 329.749 Km² e sua população estimada (1982) é de 14.530.000 habitantes. A capital é Kuala Lumpur. A Malásia Ocidental compreende a 11 estados da antiga Federação da Malaia. O clima é equatorial, com média térmica de 27°C. Na Malásia Ocidental, a população é distribuída entre Malaios (50%), Chineses (37%) e Indianos e Paquistaneses (11%). A religião oficial é o islamismo. A Malásia é o maior produtor mundial de borracha natural e estanho. A borracha transplantada no fim do século XIX do Brasil, pelos ingleses, foi por algum tempo a base de economia do país. A Malásia é uma monarquia constitucional soberana e independente, dentro a comunidade Britânica, constituída por 13 estados. Os governantes (hereditários) dos estados malaios elegem entre si o soberano supremo da federação com um mandato de cinco anos.

tentou-se a implementação de colônias agrícolas na tentativa de absorver o excedente de mão-de-obra ociosa e diversificar as atividades, incipientes. Tentativa essa que não prosperou, por diversos motivos: baixa fertilidade do solo, maior contingente voltado para a atividade garimpeira, grande mobilidade de pessoas dentro do território, ganho rápido e fácil com a extração do minério e tentativa de voltar ao estado de origem. Em 1971, o ministério das Minas e Energia proibiu a garimpagem manual, tornando a mecanização manual obrigatória da lavra. Em 1970, Rondônia respondia aproximadamente por 70% da produção nacional de minério. Em 1989, foram extraídos 54.192 Toneladas, sendo 8.974 Toneladas, através de garimpagem manual, novamente liberada. Após esse período de euforia, a produção começa a dar sinais de declínio devido aos reflexos provocados pelas condições do mercado internacional do produto e conseqüentemente conflitos envolvendo garimpeiros e empresas mineradoras. O ouro encontrado no Rio Madeira, juntamente com a Cassiterita, em meados de 80 eram os principais produtos de Rondônia, responsáveis por grande contingente de migrantes e garimpeiros e a vinda de inúmeras famílias de todo o país.

Por volta de 1987, a produção atinge o seu "ápice", chegando a casa de 8.000 toneladas do minério. No início de 1990, a produção entrou em declínio e foi praticamente interrompida. Este ciclo produziu muita riqueza, seus reflexos em termos de benefícios foram quase nulos. Foi um extração predatória e de alto impacto ambiental para a região e toda a comunidade. A exploração do ouro deixou com herança: poluição ambiental, contaminação do lençol freático, nos peixes, enormes erosões do leito e das margens dos rios, destruição ambiental, poluição por óleo combustível, rejeitos lançados nas águas, equipamentos abandonados e sedimentação do canal navegável, violência no seu mais amplo sentido, além de muitas famílias destruídas, tudo isso somado a muitos problemas sociais, hoje existentes, fruto da ganância, do lucro fácil e "status" social. O ciclo da extração da cassiterita deu lugar à criação de pequenos povoamentos, sem qualquer expressividade para a região, já que tinham caráter de transitoriedade junto às atividades mineradoras, já que a lavra não era considerada geradora de grande número de empregos.

O setor industrial até então era incipiente, inexpressivo no território, poucas alternativas restaram, assim passou a agricultura a ser a alternativa mais viável para o momento, na tentativa de absorver e ocupar boa parcela de migrantes na época. O ciclo da agricultura cronologicamente sucede ao ciclo da cassiterita, obtendo benefícios dos agregados populacionais de todos os anteriores, projetando Rondônia no cenário nacional e internacional com um Estado produtor da região norte do país. Ao mesmo tempo, o governo federal preocupado com uma evasão em massa de população, passa a fazer investimentos através de seus órgãos deliberativos, maciços em projetos de colonização, contribuindo não para o influxo da migração, mas para o refluxo do migrante para a região. Esses migrantes precisavam de moradias, de abrigos e longe de qualquer planejamento, formaram-se povoamentos, pequenos aglomerados de pessoas, de vilarejos e conseqüentemente a ocupação efetiva das terras ao longo do traçado da Br-364. Essa invasão alterou a estrutura até então predominante na região, isto é, condicionada aos ciclos extrativistas e de economia concentrada que predominavam nas cidades de Guajará Mirim e Porto Velho. O eixo de importância econômica do Estado voltou-se para os municípios que, aos poucos, iam-se formando ao longo da rodovia que passou a ser o tronco principal da vida econômica do Estado. A implementação da rodovia Cuiabá - Porto Velho - Br.364, com seu início em 1943, pelo Governo do Território proporcionou a abertura desta nova fronteira agrícola. Com o seu reinício a partir de década de 60, pelo Governo Federal que a considerou desbravada e fundamental para a integração nacional. Com o seu asfaltamento,

a Br-364 passou a influir de modo decisivo na região e no seu desenvolvimento. Campanha publicitárias implementada pelo Governo, nos meios de comunicação, as notícias de disponibilidade de terras na região provocou uma nítida migração e ocupação de Rondônia.

Assim, estimuladas pela campanha publicitária do Governo Federal e Estadual, enfrentando dificuldade de toda ordem: transporte deficiente, clima insalubre, febre amarela, malária, precárias condições de sobrevivência e sem as mínimas condições de higiene, no linear de 1977 e fins de 1982, cerca de 230.064 migrantes procedentes principalmente dos estados do sul chegaram à Rondônia com a promessa de terras fartas, baratas e férteis para o plantio. Levados pelo sonho do “Eldorado” de Rondônia, muitas deixaram para atrás o que possuíam, alguns apenas os familiares para conseguir um pedaço de terra, enfrentando toda e qualquer dificuldade e, o trabalho diuturno e incansável “derrubar matas, queimar, abrir estradas, preparar a terra, semear e colher” e, transportando o seu produto por quilômetros de estradas, cheias de lama, buracos, na maioria das vezes intrafegáveis, levando o fruto do seu trabalho até os compradores.

A leva de migrantes que chegou à Rondônia foi se somando aos já existentes, formando novos núcleos de povoamento, gerando uma ocupação espontânea e desorganizada de terras da união, de particulares e de campanha de colonização que, sem qualquer amparo legal começam a vender terras, iludindo os migrantes menos escolarizados. Esse comércio irregular de venda de terras, vai resultar em conflitos entre os antigos que já ocupavam partes dessas terras e os novos ocupantes, resultando em constante intervenção do Governo Federal, através de seus órgãos constituídos na região. Grande contingente de migrantes induzidos pela propaganda governamental que rumaram à Rondônia em busca do sonho, do seu pedaço de terra¹⁵, logo perceberam que o mesmo seria irrealizável, apenas 17% do solo do estado é apropriado para o plantio, o restante da terra é infértil, não é apropriada para germinar. Daí uma grande porcentagem de migrantes vivem em situação próxima a miséria. Os que primeiro chegaram (1970), prosperaram e fizeram fortuna, foram viver em projetos de assentamentos localizados nas melhores terras do Estado e, milhares de colonos foram instalados em solos improdutivos.

Na década de 60, a situação fundiária em Rondônia atinge seu máximo grau de desorganização somada a esse, muitos problemas sociais. Assim o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o objetivo de disciplinar e organizar a situação fundiária, passa a planejar a colonização oficial no Estado.

A migração tradicional para o Estado de Rondônia era constituída principalmente por nordestinos, a atual é procedente, em sua maioria de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo. Esses migrantes em sua maioria desconheciam as peculiaridades da região amazônica, seu clima, suas riquezas, sua fauna e flora, seus segredos e seus perigos. Esse fato trouxe conseqüências desastrosas à curto, médio e longo prazo¹⁶.

Na verdade, a ocupação de Rondônia deve-se a motivação pela distribuição de terras e, pela possibilidade de desenvolvimento do setor primário. Expandir essa capacidade produtiva do setor primário à migração, buscaram para expandir outras fronteiras ou migraram para áreas urbanas na iminência de trabalho assalariado. A

¹⁵ Periferia: endereço do migrante; equipe da pastoral do migrante – Porto Velho, 1990.

¹⁶ Pinto, Manuel Pontes. Caiari – Lendas e **Proto história**, p. 15.

implantação de vários municípios existentes no Estado de Rondônia como: Ji-Paraná, Vilhena, Pimenta Bueno entre outros são frutos de seu legado, facilitando a integração do Estado com os centros produtores e consumidores com o centro sul do país e a integração de toda a região norte e sudoeste com as demais membros da federação.

A tabela mostra alguns dados estatísticos do Estado, o quantitativo de migrantes que entraram no Estado entre o ano de 1977-1986.

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE MIGRANTE CADASTRADOS EM RONDÔNIA	
ANO	MIGRANTES/POPULAÇÃO
1977	3.140
1978	12.658
1979	36.791
1980	49.205
1981	60.218
1982	58.052
1983	92.723
1984	153.377
1985	151.684
1986	165.679
TOTAL	783.527

Fontes: Seplan/Cetremi¹⁷ (s/d) e Rondônia (1995)
Estimativa da FIERO¹⁸/1995

As décadas, de 50 e 70, tiveram como foco de atração de migrantes para a região a notícia da descoberta de jazidas de minério (ouro), atraindo para a região um número significativo de migrantes, voltados principalmente para a atividade econômica do extrativismo, isto é; a garimpagem manual de ouro, que por sinal absorvia grande quantidade de pessoas, na eminência de ganho farto, rápido e fácil enriquecimento, galgando assim, vida mais folgada e confortável economicamente e financeiramente junto a suas famílias. Essa década não reflete o mesmo crescimento das duas subseqüentes, em consequência das péssimas condições de acesso aos locais de produção e extração do minério, escassez de produtos básicos, as péssimas condições de habitação, somadas a tantas outras como: difícil saída da região em caso de doenças graves, falta de escolas para os filhos, interrupção dos trabalhos, da garimpagem, durante o período de cheias, esses entraves eram fatores negativos, não contribuíam para o aumento do número de migrantes para a região fronteira, não havia registros de outras atividades econômica durante aquela década.

Entre os período de 1978-1986, novos projetos foram aos poucos sendo implantados na Região, ampliando as oportunidades de trabalho, atraindo mão-de-obra até então ociosa no Sul do País, afetada pela crise do petróleo na década de 80. Campanha publicitária desenvolvida pelo Governo Federal através da propaganda maciça veiculada pelos meios de comunicação. No decorrer da campanha, muitas famílias foram atraídas para a região do sul do País, também na tentativa de ocupação a fronteira, até então esquecida e desabitada. Como resultado, foram atraídos para a região perto de um milhão de migrantes, em menos de uma década, induzidos principalmente pelo sonho de um pedaço de terra, melhor ganho, e a possibilidade de uma vida melhor, digna e esperançosa para os familiares.

¹⁷ SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento do Estado de Rondônia e CETREMI – Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes – Vilhena/RO.

¹⁸ FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.

Concluindo, o processo migratório de ocupação no Estado de Rondônia passa por vários períodos. Num primeiro momento, essa ocupação ocorreu através dos portugueses por meio das descobertas de ouro, na tentativa de ocupação e exploração do precioso minério, fins do século XVII. Num segundo momento, a ocupação, estimulada pelo surto da borracha, foi caracterizada pela presença maciça de nordestino, em meados do século XVII, na busca por trabalho, de alguma atividade econômica que lhe rendesse alguns ganhos para o sustento de sua família, que por falta de condições permanecia em seu local de origem, enfrentando as mais diversas dificuldades. Esse excedente de mão-de-obra, sem qualquer qualificação e sem recursos, era atraída utilizada na extração da borracha, atividade econômica em ascensão na região que, absorvia grande quantidade de seringueiros. Outro momento importante que deve ser ressaltado foi a integração da Fronteira com as outras regiões, através dos meios de comunicação associados a construção, já na sua fase final, da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, impulsionando o desenvolvimento regional e local, através de via fluviais, ferra, marítima e aérea para outros centros produtores e consumidores, proporcionando a vinda de novos migrantes que, somados aos já existentes iam ocupando paulatinamente novos espaços e formando novos núcleos. Numa escala progressiva, abertura de novas frentes de trabalho, implantação de novos projetos pelo Governo Federal, distribuição equilibrada de terras e, o desbravamento da BR-364, somadas as notícias de abertura de novos postos de trabalhos, nas mais diversas atividades: privada, comercial, rural dentre outras, foram fatores importantes que atraíram grande levas de migrantes para o Território que, aos poucos, foram se fixando ao longo da BR-364, eixo importante para a fixação e consolidação definitiva de ocupação da mais nova Fronteira, hoje, Estado de Rondônia.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. I Plano de Desenvolvimento Integrado de Rondônia. Porto Velho, 1985-1989.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Contribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária dentro do Processo de Ocupação do território de Rondônia, junho, 1991.
- BRASIL/BOLÍVIA. Tratado de Petrópolis. 14 mar.2002. <http://www.info.incc.br/wemkkk/btt1903.html>.
- CARVALHO, Otamar de & MARTINE, George. Migrações e Urbanização; l. Ministério do Interior. Brasília, 1977.
- EXÉRCITO BRASILEIRO - Biografia. <http://www.exercito.gov.br/01institut/historia/indice.htm>.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Ferrovia do Diabo. Ed. Melhoamento, 1987.
- JORNAL O ESTADÃO DO NORTE. Porto Velho, 20 agost.1990.
- GIORGIS, L. E. C. O Tratado de Madri. 1975. 14 mar.2002. <http://www.terra gaucha.com.br/tratado-de-madri.htm>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA. Atlas de Rondônia. Rio de Janeiro, 1975, p.
- JORNAL ALTO MADEIRA. Porto Velho, 15 mai.1990.
- MENEZES, Marilda Aparecida, GONÇALVES, Alfredo José. Migrações no Brasil. O perigrinar de um povo sem terra. Centro de Estudos Migratório. São Paulo, 1986.
- PERIFERIA. Endereço do Migrante. Equipe da Pastoral dos Migrantes. Arquidiocese de Porto Velho. Outubro, 1990.
- PINTO, Emanuel Pontes. Caiari Lendas. Proto- história e história
- PLANAFLORO. 26 des.2001. <http://planafloro.rondonia.ro.gov.br/plana/zon/oplana.htm>.
- SILVEIRA, de Andrade Wudson. A Função Ambiental da Propriedade Rural do Estado de Rondônia. Instituto Luterano do Ensino Superior de Ji-Paraná-RO. Junho, 2001.
- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. Rondônia – Acre. 1991.
- TRATADO DE TORDESILHAS. 11 mar.2002. <http://sites.uol.com.br/aventuras/histam.htm>.
- VARGAS, Getúlio. Apresentação de Cecília Vargas do Amaral Peixoto. Edição de Leda Soares. São Paulo. Ed. Sciliano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, vol. I e II.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

perguntas

e um labirinto de espelhos

para plantar mistérios

no vazio da certeza

CARLOS MOREIRA